

**JUVENTUDE, ESCOLARIZAÇÃO E PODER LOCAL**

**RELATÓRIO DA PRIMEIRA FASE DA PESQUISA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NA REGIÃO METROPOLITANA  
DE BELO HORIZONTE**

**Juarez Dayrell**

**Belo Horizonte**

**Mai de 2005**

**JUVENTUDE, ESCOLARIZAÇÃO E PODER LOCAL**

**REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

**RELATORIO PARCIAL DA FASE 1 – EIXO JUVENTUDE**

Juarez Dayrell

Belo Horizonte  
Maio de 2005

# REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE<sup>1</sup>

## RELATORIO PARCIAL DA FASE 1 – EIXO JUVENTUDE

Juarez Dayrell<sup>2</sup>

Esta pesquisa é a parte local da investigação nacional *Juventude, Escolarização e Poder Local*, iniciada em agosto de 2003 em 10 regiões metropolitanas brasileiras.<sup>3</sup> Foi desenvolvida em 12 municípios, selecionados dentre os 34 integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com perfis demográficos e econômicos diferenciados de tal forma a retratar a realidade do conjunto da região. A pesquisa tem como objetivos conhecer e descrever as ações públicas destinadas aos jovens implementadas por esses municípios, analisando o modo como são estabelecidas as relações com os próprios segmentos juvenis destinatários das políticas implantadas pelo governo municipal, além de uma análise dos modos como vêm sendo construídas as políticas públicas destinadas aos jovens na região. Nesta primeira fase da pesquisa, de caráter mais quantitativo, foram levantados todos os programas/ações/projetos socioeducativos e culturais destinados aos jovens entre 14 e 25 anos, desenvolvidos pelas secretarias municipais dos municípios selecionados. A segunda fase, ainda em curso, vem desenvolvendo uma investigação de caráter qualitativo, buscando aprofundar a compreensão em torno do programa Agente Jovem.

Neste texto, a proposta é realizar uma descrição geral das características socioeconômicas da região, seguida de uma análise da realidade da juventude a partir de dados secundários encontrados para, finalmente, analisar os dados levantados pela pesquisa sobre as ações públicas existentes na RMBH.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa só foi possível graças à equipe de pesquisadores, cujos nomes se encontram no Anexo 1, aos quais agradecemos a valiosa contribuição. Na elaboração deste texto, agradeço a colaboração de Juliana Batista dos Reis, bolsista do CNPQ, pelo suporte técnico, e ao Prof. Geraldo Leão, pela leitura atenta e pelos seus comentários.

<sup>2</sup> Professor Doutor da Faculdade de Educação da UFMG, coordenador do Observatório da Juventude da UFMG e membro da coordenação local da pesquisa.

<sup>3</sup> *Juventude, Escolarização e Poder Local* é uma pesquisa nacional, coordenada pelos professores Marília Spósito (USP) e Sérgio Haddad (PUC-SP), cujos eixos centrais são mapear e analisar as

## 1 Caracterização dos municípios pesquisados<sup>4</sup>

Em 2000, a população dos municípios pesquisados era de 4.180.565 habitantes, sendo a quarta região mais habitada do País. Os municípios integrantes apresentam densidades populacionais variadas, de acordo com o crescimento econômico verificado nas últimas décadas, de acordo com a Tabela 1.

**Tabela 1**  
**População e população juvenil da RMBH**

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO JUVENIL (14 A 24 ANOS)	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO JUVENIL
<b>Região Metropolitana de BH</b>	4.180.565	857.099	20,50%
<b>Belo Horizonte</b>	2.238.526	453.864	20,27%
<b>Betim</b>	306.675	64.917	21,16%
<b>Caeté</b>	36.299	7.359	20,27%
<b>Contagem</b>	538.017	112.971	20,99%
<b>Ibirité</b>	149.955	28.079	18,72%
<b>Itaúna</b>	76.862	14.568	18,95%
<b>Lagoa Santa</b>	37.872	7.439	19,64%
<b>Nova Lima</b>	64.387	13.219	20,53%
<b>Ribeirão da Neves</b>	246.846	54.130	21,92%
<b>Sabará</b>	115.352	24.210	20,98%
<b>Santa Luzia</b>	184.903	39.433	21,32%
<b>Sete Lagoas</b>	184.871	36.910	19,96%

Fonte: IBGE 2000

Belo Horizonte é a cidade da Região Metropolitana que apresenta a maior população (2.238.526 habitantes), com uma densidade demográfica de 6.445,09

---

ações municipais destinadas à juventude e a Educação de Jovens e Adultos em 75 cidades do Brasil. Neste texto estamos analisando apenas as políticas públicas para a juventude.

<sup>4</sup>Não é nosso intuito desenvolver uma análise socioeconômica de todos os municípios da Região Metropolitana, o que foge dos objetivos deste texto. Assim, não serão descritos os dados de todos os 12 municípios pesquisados.

hab/km<sup>2</sup>. É uma cidade relativamente recente, inaugurada em 1897, construída para ser a capital do Estado, em substituição a Ouro Preto. A concepção urbanística de Aarão Reis, engenheiro nomeado presidente da Comissão da construção da nova capital, era moderna e dava ênfase ao aspecto da salubridade e da visibilidade no projeto da cidade, além de atender aos anseios da época de uma sociedade baseada nos ideais da república. O que se desejava era uma cidade ordenada, funcionando como um organismo saudável; física e socialmente higiênica – saneada, livre de doenças e de desordens. Seu projeto foi inspirado no modelo das mais modernas cidades do mundo e já trazia preocupações básicas, como as condições de higiene e circulação humana. A planta de Belo Horizonte tinha o setor urbano separado do suburbano pela Avenida do Contorno, com áreas específicas para as diferentes classes sociais, numa divisão espacial marcada pelo elitismo, revelando, assim, alto grau de injustiça social nos seus primeiros anos de vida. (ARAÚJO, 2004)

A atividade econômica predominante no município era ligada ao comércio e prestação de serviços, com uma população economicamente ativa de 51%. Atualmente, 18% da população total do município localizam-se em áreas de grande vulnerabilidade social, o que se reflete no índice de exclusão social de 0,710. Apesar disso, é a cidade da Região Metropolitana mais bem colocada no *ranking* entre os municípios pesquisados, ocupando o 6º lugar nacional.<sup>5</sup>

A atividade industrial da região localizou-se nos municípios vizinhos à capital. Assim, tem-se a cidade de Contagem que, emancipada em 1949, experimentou o crescimento econômico a partir da década de 1960, com a implantação de seu parque industrial, com ênfase nas indústrias de transformação, sendo hoje a segunda cidade mais populosa da região. Da mesma forma, a cidade de Betim, uma cidade essencialmente industrial e a terceira da região em termos populacionais, adquiriu sua autonomia econômica a partir da implantação da fábrica da Fiat, na década de 1970, o que atraiu as indústrias integrantes da correia de produção automobilística. Mas esse crescimento se deu

---

<sup>5</sup> Confira na tabela do *Atlas da Exclusão Social*, no Anexo 2

de forma desordenada, implicando o surgimento de vilas e favelas e de uma população empobrecida que a coloca, segundo o *Atlas de Exclusão Social*, em 25º lugar no *ranking* dos municípios da pesquisa, no caso de Contagem e 42º no caso de Betim, confirmado pelos altos índices de exclusão social, 0,570 e 0,511 respectivamente.

No outro extremo, a Região Metropolitana de Belo Horizonte possui cidades com características de cidades-dormitórios, sem uma atividade econômica própria além do comércio. Como exemplo, cita-se Ribeirão das Neves, com uma população de 246.846 habitantes, e Ibirité, com 149.955. Ambas apresentam as taxas mais baixas em todos os itens do referido Atlas. Estão atrás de todos os municípios da região, atingindo um índice de exclusão social de 0,455 e 0,447 respectivamente, e situam-se no 64º e 71º lugares no *ranking* dos municípios integrantes da pesquisa nacional.

A região apresenta também cidades históricas, como Sabará, um dos pólos do ciclo do ouro, emancipada em 1838. Com uma população de 115.352 habitantes, sobrevive atualmente do turismo e de algumas indústrias extrativas. Apresenta um índice de exclusão social de 0,509 e ocupa o 45º lugar no *ranking* dos municípios pesquisados. Já as cidades de Itaúna (76.862 habitantes) e Sete Lagoas (184.871 habitantes) sofreram um surto de crescimento significativo nas últimas décadas, com uma economia baseada na agropecuária, na indústria extrativa e no comércio, sendo relativamente autônomas de Belo Horizonte. Apresentam um índice de exclusão social de 0,573 e 0,557 respectivamente, ocupando o 24º e 28º lugar no *ranking* dos municípios pesquisados, como pode ser conferido no Anexo 2..

A dinâmica sociopolítica da região parece mostrar certa renovação a partir das eleições de 2004. A gestão anterior foi dominada pelos seguintes partidos: PSDB: três municípios; PFL: três municípios; PMDB; dois municípios; PT, PTB, PSD e PSB: cada um comandando um município. Desses, quatro prefeitos exerciam o segundo mandato. O espectro partidário demonstra certa hegemonia

das forças de centro direita,<sup>6</sup> o que explica, em parte, a inexistência de programas sociais significativos, principalmente relacionados à juventude.

A partir das eleições, as novas administrações passaram a apresentar a seguinte configuração: PT: quatro municípios; PSB: dois municípios; PL: dois municípios; e PSDB, PMDB, PFL, PTB: um município cada. Desses, apenas três foram resultados de reeleição – Belo Horizonte (PT), Betim (PSDB) e Sete Lagoas (PMD) – e apenas um conseguiu eleger seu sucessor – Santa Luzia (PFL). Os resultados demonstram uma renovação significativa: oito municípios elegeram candidatos de novos partidos, com uma tendência política de centro esquerda. Não é possível precisar ainda as possíveis implicações que tais mudanças podem gerar em termos das políticas sociais, em especial as políticas para a juventude, o que só será possível do decorrer da gestão. Algumas novidades já se anunciam em Belo Horizonte e Contagem, que serão comentadas abaixo.

Em relação à constituição do secretariado em cada uma dessas prefeituras, parece haver uma tendência na qual o prefeito faz suas indicações pessoais sem atender tanto para as coligações partidárias. Isso porque o espectro político do secretariado no conjunto dos municípios é muito variado, quando não dominado por aqueles que afirmam não ter filiação partidária. Outro fato que chama atenção refere-se aos inexpressivos mecanismos participativos da população nas administrações, como o orçamento participativo, só existente em Belo Horizonte, mesmo assim com um peso menor se comparado com as primeiras gestões do PT. Dessa forma, a Região Metropolitana de Belo Horizonte não apresenta exemplos significativos de participação da população na definição dos destinos da administração. A posse dos novos prefeitos deixa em aberto as perspectivas de ampliação dos espaços democráticos de participação da população nos destinos das diferentes administrações.

---

<sup>6</sup> É preciso levar em conta a tradição política brasileira, caracterizada, dentre outros aspectos, pela fragilidade partidária. A escolha do partido nem sempre é orientada pelo seu ideário político, sendo necessário relativizar as afirmações do posicionamento político do prefeito apenas com a informação partidária.

O último aspecto a ressaltar é a inexistência de espaços institucionais de gestão de políticas voltadas para a juventude. Dos doze municípios pesquisados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, apenas Contagem e Santa Luzia possuíam órgãos gestores da juventude, subordinados diretamente ao gabinete do prefeito. Não havia dotação orçamentária própria e a equipe técnica era reduzida, não desempenhando ações de articulação das diferentes ações públicas voltadas para a juventude. Além disso, os gestores que atuavam em 2004 não possuíam experiência anterior na gestão de políticas públicas nem possuíam experiência anterior com o segmento juvenil. No caso de Belo Horizonte, existe o Conselho Municipal da Juventude, de caráter consultivo, que, mesmo eleito de dois em dois anos, não possui nenhuma representatividade e até então não conseguiu desenvolver nenhuma ação que justificasse sua existência. Em 2005, abriram-se algumas perspectivas na região. Foi criada a Coordenação da Juventude, o órgão gestor das políticas de juventude da Prefeitura de Belo Horizonte, subordinado à Secretaria de Governo, mas até então sem uma ação definida. Também em Contagem foi remodelado o órgão gestor, que passou a ter orçamento próprio, e foi assumido por um técnico com reconhecida experiência na área, com propostas de desenvolver uma gestão participativa. Mas trata-se ainda de medidas muito recentes que geram expectativas de que esses municípios consigam efetivamente ter uma atuação incisiva perante a juventude, o que demandará um acompanhamento dos resultados e impactos dessas possíveis ações

## **2 O contexto da juventude na RMBH**

O Censo de 2000 constatou que na Região Metropolitana de Belo Horizonte existiam 857.099 jovens na faixa etária entre 14 e 24 anos, correspondendo a 20,50% da população. Os índices não variam muito entre as 12 cidades, sendo o menor encontrado em Ibirité (18,72%) e o maior em Ribeirão das Neves (21,92%). Pode-se dizer que um quinto da população da região é constituída por jovens, mas é exatamente a parcela da população menos contemplada pelas políticas públicas.

De acordo com dados da Fundação João Pinheiro,<sup>7</sup> 55,9% dos jovens da RMBH, na faixa etária entre 15 e 17 anos, estavam desempregadas em 2004, enquanto o mesmo acontecia com 30,8% daqueles com idade entre 18 e 24 anos, muito superior à taxa daqueles com idade entre 25 e 39 anos (15,4%) ou mesmo em relação à media do desemprego anual, que ficou em 19,3%. Constata-se também que a variação relativa nos últimos anos incidiu mais exatamente sobre a população juvenil. Considerando o rendimento médio daqueles que se encontravam ocupados em 2004, encontra-se, também, a mesma defasagem: o rendimento médio era de R\$ 213,00 para a faixa etária entre 15 e 17 anos e de R\$ 424,00 para os jovens entre 18 e 24 anos, muito abaixo dos R\$ 742,00, correspondentes à media dos rendimentos nesse mesmo ano. Ou seja, são os jovens os que mais sofrem com o desemprego e, mesmo entre os empregados, são os que têm um menor rendimento. Explicando essa realidade, comum a toda década de 1990, Pochmann (1998) afirma que o modelo econômico implementado, principalmente a partir de 1990, baseado numa inserção externa competitiva, tem gerado um movimento de *desestruturação do mercado de trabalho*, que se manifesta na expansão das taxas de desemprego aberto, no desassalariamento e na geração de postos de trabalho precários, atingindo principalmente os jovens:

O desemprego juvenil, sem paralelo na história nacional, emerge como um dos problemas mais graves da inserção do jovem no mundo do trabalho. Além disso, as ocupações que restam aos jovens são, na maioria das vezes, as mais precárias, com postos não assalariados ou sem registro formal, pois encontram-se praticamente bloqueadas as portas de ingresso aos melhores empregos. O quadro de escassez de empregos, em meio ao elevado excedente de mão-de-obra, torna os jovens um dos principais segmentos da população ativa mais fragilizados.

Grande parte dos jovens vive de bicos ou em empregos precários, realidade que vai além da própria sobrevivência, atingindo também a dimensão dos valores.

---

<sup>7</sup> As tabelas encontram-se no Anexo 3.

Nesse contexto, algumas pesquisas demonstram que o trabalho deixa de ser um espaço de produção de valores.<sup>8</sup> É muito difícil para o jovem que vive de "bicos" ou empregos precários ver nessas atividades alguma centralidade além da renda. O trabalho não constitui fonte de expressividade, reduzido a uma obrigação necessária para uma sobrevivência mínima, perdendo os elementos de formação que derivavam de uma cultura que se organizava em torno dele. Na perspectiva da ação do Estado, é evidente que as políticas de qualificação e primeiro emprego ainda não tiveram impacto nesses segmentos da população.

São exatamente esses jovens os menos atingidos pela escola. Não obstante o aumento real das taxas de escolarização nos últimos vinte anos, observa-se um quadro de desigualdade no acesso, com a permanência de altas taxas de analfabetismo como se pode ver na Tabela abaixo:

**Tabela 2**  
**Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais**

UF	Município	Homens	Mulheres
MG	Belo Horizonte	3,6	5,5
	Betim	7,1	9,9
	Caeté	7,5	9,4
	Contagem	4,5	6,7
	Ibirité	3,6	5,5
	Itaúna	6,3	7,8
	Lagoa Santa	7,3	8,4
	Nova Lima	4,6	5,9
	Ribeirão das Neves	7,9	10,8
	Sabará	6,7	9,2
	Santa Luzia	6,5	9,0
Sete Lagoas	5,9	6,8	

Fonte: IBGE 2000, INEP, Censo Escolar 2000

<sup>8</sup> Cf. CARROCHANO, 2003; BAJOIT, 1997; DAYRELL, 2001; dentre outros

Considerando o analfabetismo funcional, as taxas são ainda mais altas, chegando a superar, em alguns municípios, um quinto da população como em Caeté ou Ribeirão das Neves.

**Tabela 3**  
**Taxa de analfabetismo funcional – 15 anos ou mais**

UF	Município	Taxa de Analfabetismo funcional
MG	Belo Horizonte	12,5
	Betim	20,9
	Caeté	22,1
	Contagem	15,8
	Ibirité	12,5
	Itaúna	18,6
	Lagoa Santa	18,9
	Nova Lima	14,4
	Ribeirão das Neves	24,6
	Sabará	19,9
	Santa Luzia	19,6
	Sete Lagoas	17,5

Fonte: IBGE, 2000; INEP, Censo Escolar 2000

Esses dados evidenciam o alto índice de exclusão escolar existente entre os jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte, numa faixa etária na qual deveriam estar prioritariamente inseridos em um processo de formação/educação. Além de grande parte estar fora das escolas, boa parte dos que estudam mostra uma defasagem idade/série, comprovando que estamos longe de garantir a universalização da escola pública para os jovens da região.

Além do acesso, é necessário discutir a qualidade dos processos educativos oferecidos pela escola, principalmente a pública. As informações levantadas pela pesquisa realizada pelo IBASE<sup>9</sup> (DAYRELL, 2005) sugerem que

---

<sup>9</sup> . A pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas* foi realizada pelo IBASE em outubro/novembro de 2004, em dez regiões metropolitanas brasileiras, inclusive Belo Horizonte. Neste momento ainda se encontra em fase de análise, não tendo os seus

as escolas, de maneira geral, se mostram pouco abertas a desenvolver atividades que vão além da transmissão dos conteúdos formais. Há um número pouco expressivo de escolas que criam espaços e situações no seu cotidiano que favoreçam a experiência da solidariedade, o fortalecimento da sociabilidade, o acesso a atividades culturais e, mesmo, o acesso ao conhecimento de forma mais participativa como os debates e seminários. Além disso, constata-se que os jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte praticamente não freqüentam as escolas nos finais de semana. Dos poucos que o fazem (14,2%), a maioria desenvolve atividades ligadas à sociabilidade e lazer, demonstrando o potencial que a escola pode representar, com todos os limites e desafios a superar, principalmente nas periferias, onde ela é uma das poucas instituições públicas existentes. O conjunto dos dados sobre a realidade escolar mostra que a escola, principalmente a pública, não vem abrindo espaços nem estimulando a criação de hábitos e valores básicos que poderiam contribuir para a participação juvenil, fato que se torna mais complexo para os jovens pobres, que praticamente só possuem essa instituição para o acesso a esses bens simbólicos.

Essa realidade é reforçada quando se constata que a freqüência a outros cursos, seja ele qual for, além das aulas regulares, é uma realidade presente para um pouco mais da metade dos jovens (59%). Também aqui se percebe uma diferença significativa no acesso aos bens culturais. Quem menos participa de cursos extra-escolares são os jovens das camadas sociais mais baixas, negros, com baixo nível de escolaridade e que se encontram fora da escola, exatamente aqueles que deveriam ser priorizados.

O acesso à informação, principalmente por intermédio dos meios digitais, como o computador e a internet, também apresenta um recorte socioeconômico e racial. Têm acesso a computador 42,2% dos jovens pesquisados e à internet 34,5%, majoritariamente jovens brancos, oriundos das classes A e B, estudantes com maior grau de instrução e com trajetória na escola privada. Ao mesmo tempo,

---

resultados finais publicados. As informações que se seguem são oriundas do relatório preliminar da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A pesquisa foi realizada por amostragem probabilística, tendo como universo uma amostra de 1.000 jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos.

os espaços públicos de acesso aos meios digitais, como escolas (11,3%) ou telecentros (3,8%), representam pouco diante da demanda existente.

Significa dizer que grande parte dos jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte não tem acesso à escola nem a cursos extra-escolares. Já aqueles que estudam têm acesso, na sua maioria, a uma escola que tende a não desenvolver processos educativos que favoreçam posturas e valores que garantam uma formação humana mais ampla. Esses mesmos jovens também têm pouco acesso aos meios digitais e à prática de leitura de livros, demonstrando uma incipiente cultura literária. A pesquisa do IBASE também comprovou desconhecimento dos jovens com relação aos seus próprios direitos. Parece pouco disseminada entre eles a noção do direito à própria juventude, principalmente entre aqueles cuja vivência juvenil se encontra mais ameaçada. Ou seja, grande parte dos jovens vivencia um contexto que só agrava as inseguranças em relação ao presente e às incertezas quanto à vida futura, num quadro que só aprofunda a desesperança.

Outro aspecto significativo da realidade da juventude na Região Metropolitana de Belo Horizonte refere-se à violência. Embora apresente taxas mais baixas do que outras regiões brasileiras, o índice de óbitos por homicídio na faixa etária entre 15 e 24 anos é muito alta, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 4**  
**Taxas de óbitos por homicídios em Belo Horizonte**  
**Faixa etária: entre 15 e 24 anos, no período de 1991 a 2000**  
**Número de homicídios em 100 mil jovens**

<b>1991</b>	<b>26.5</b>
<b>1992</b>	<b>22.9</b>
<b>1993</b>	<b>22.6</b>
<b>1994</b>	<b>22.0</b>
<b>1995</b>	<b>31.7</b>
<b>1996</b>	<b>32.4</b>
<b>1997</b>	<b>32.3</b>
<b>1998</b>	<b>31.8</b>
<b>1999</b>	<b>53.9</b>
<b>2000</b>	<b>75.4</b>

Fonte: CRISP, 2002

É gritante a elevação dos índices de violência ao longo da década de 90, chegando quase a triplicar o número de homicídios entre os jovens. Comparando-se com as taxas existentes no conjunto da população de Minas Gerais (Tabela 5), fica evidente como é a juventude aquela que mais morre e mais mata entre toda a população.

**Tabela 5**  
**Taxas de mortalidade por armas de fogo no Estado de MG (em 100 mil)**  
**Faixa etária total entre 15 e 24 anos**  
**Período: 1998 e 2000**

<b>MINAS GERAIS</b>	<b>1998</b>	<b>2000</b>	<b>% crescimento</b>
<b>População Total</b>	6.6	8.5	28.6
<b>15 a 24 anos</b>	11.1	18.0	62.4

Fonte: CRISP

A realidade de Belo Horizonte é reflexo da situação nacional. As estatísticas indicam que o Brasil ocupa o terceiro lugar no mundo no que se refere ao assassinato de jovens entre 15 e 24 anos, segundo estudo da UNESCO divulgado em agosto de 2000, denominado *Mapa da Violência III*. O Rio de Janeiro se tornou a terceira capital brasileira mais perigosa para a vida de jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos. Entre 1989 e 1998, o percentual de jovens mortos por homicídios no Rio subiu 217,3%. Segundo informações do Ministério da Saúde, no Brasil, as taxas de mortalidade entre homens de 15 a 24 anos são quase 50% maiores que as dos Estados Unidos e 100% maiores que as registradas no Canadá, na França ou na Itália. Os números excedem os relativos a países em situação de guerra declarada. O tráfico e o consumo de drogas contribuem fortemente para a participação de jovens brasileiros no ciclo perverso de homicídios, quer sejam como agressores, quer como vítimas da violência. Os traficantes de drogas encontram nos jovens das áreas populares urbanas mão-de-obra barata e disponível para seus empreendimentos que se situam no contexto

de uma rede de ações criminosas que envolvem também o roubo, os jogos de azar, a exploração sexual, a extorsão e o comércio ilegal de armas.

Este contexto parece interferir diretamente na participação social e política da juventude na esfera pública. A mesma pesquisa do IBASE (DAYRELL, 2005) constatou que 20,7% dos jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte participam de algum grupo, de qualquer tipo. Quanto aos tipos de atividades desenvolvidas por esses grupos, foram majoritárias, em ordem decrescente, as ações religiosas, culturais, esportivas, as atividades estudantis e aquelas ligadas à melhoria de condições de vida no bairro. O restante apresentou índices menores a 5%, incluindo aí as atividades político-partidárias. Já quanto ao tipo de grupo ou associação, a colocação dos grupos é um pouco diferenciada e com índices relativamente menores. Os grupos ligados à religião continuam majoritários, seguindo-se os grupos esportivos e grupos diversos, como galeras ou gangues. A partir daí os índices são menores do que 5%, como os grupos culturais, os grupos ligados ao movimento estudantil e os grupos partidários, ainda menor.

Outra informação relevante é o perfil do jovem que participa desses grupos. Na maioria dos grupos citados acima, existe tendência à participação maior de jovens mais novos, brancos, oriundos das camadas sociais mais altas, com nível de escolaridade maior e que estão inseridos no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, existem grupos como aqueles culturais ou ligados a movimentos de moradia, nos quais predomina exatamente o perfil inverso: na sua maioria, são jovens também mais novos, negros ou pardos, oriundos das classes D e E, e menos instruídos.

Os dados parecem confirmar a existência de uma relação íntima entre as condições materiais de vida e o acesso aos bens culturais com a participação social e política. Significa dizer que os contextos socioeconômico e cultural vivenciados pela maioria dos jovens da região não estimula a crença na ação coletiva como capaz de interferir de algum modo na sua realidade, nem mesmo de lazer. E também não oferece os meios para a criação de hábitos e valores favoráveis à participação nem mesmo para o seu exercício e conseqüente

aprendizagem. Podemos afirmar, assim, que a democracia política é muito difícil de se efetivar sem um mínimo de igualdade econômica substantiva.

Ao mesmo tempo, um quinto dos jovens da região se encontra, de alguma forma, inserido em alguma ação coletiva na esfera pública, seja ela qual for. São os grupos de jovens das diversas denominações religiosas que desenvolvem atividades pela região, são os campeonatos esportivos, são os mais diversos grupos culturais com apresentações e festas que promovem, todos eles criando espaços coletivos e formas de participação social.

Mesmo em menor escala, não podemos deixar de citar as mobilizações juvenis ocorridas em 2004 em torno das políticas públicas para a juventude. O primeiro evento, organizado pelo grupo *D.ver-cidade*, uma rede de agentes culturais juvenis, reuniu aproximadamente 300 jovens num final de semana, resultando em uma *Carta das Juventudes*, com reivindicações dos seus direitos. O segundo foi a *Conferencia Estadual de Políticas Públicas* para a juventude, organizada pela Assembléia Legislativa estadual e por organizações juvenis, contando com a participação de 500 jovens de todo o Estado, em preparação para a *Conferencia Nacional da Juventude*, organizada pelo Congresso Nacional em setembro de 2004. Tais eventos são exemplos da existência de manifestações juvenis que vêm ganhando visibilidade e demandam apoio e condições para sua ampliação.

É nesse contexto que temos de analisar as ações públicas existentes voltadas para os jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mas em que medida essas ações respondem às demandas e às necessidades que surgem desse breve perfil da realidade da juventude na região?

### **3 As políticas públicas de juventude na RMBH**

São apresentados a seguir os dados referentes à primeira fase da pesquisa *Juventude, Escolarização e Poder Local*. Essa fase foi de caráter quantitativo, sendo levantados todos os programas/ações/projetos socioeducativos e culturais destinados aos jovens entre 14 e 25 anos, desenvolvidos pelas secretarias

municipais dos 12 municípios pesquisados. Para tal, foram realizadas visitas aos municípios e entrevistas com os gestores e coordenadores dos projetos a partir de um roteiro comum, construído em diálogo com a pesquisa nacional. Foram contempladas as ações municipais na área de educação (aquelas que ultrapassam a oferta de ação escolar regular), trabalho, lazer, cultura, esportes e demais programas voltados para a redução da violência ou novas formas de participação dos jovens, como o orçamento participativo, dentre outras.

Na coleta de dados, foram privilegiadas as seguintes informações: dados referentes à identificação dos municípios da RMBH e os dados estatísticos relativos à juventude, os organismos específicos para a formulação das políticas de juventude: assessorias, coordenadorias, secretarias de governo e o perfil do gestor; a descrição dos programas voltados para jovens e os órgãos executores; as políticas em execução; a caracterização dos agentes executores, as concepções ou orientações que ancoram as ações e balizam a definição do público-alvo; as prioridades e as formas de interlocução com os destinatários ou parceiros da sociedade civil; as parcerias com os diferentes atores (sociedade civil, ONGs e universidade) e modalidades; a relação com os atores, formas de participação da sociedade civil e dos segmentos juvenis na concepção e na implementação das ações, dentre outras informações.

Neste momento já é possível traçar alguns contornos abrangentes do modo como vêm se delineando as políticas públicas para a juventude, implementadas no âmbito das iniciativas municipais na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Nos 12 municípios pesquisados, 58 projetos<sup>10</sup> foram encontrados que contemplavam prioritariamente jovens na faixa etária entre 14 e 24 anos.<sup>11</sup>(Gráfico 1)

---

<sup>10</sup> Para efeitos de redação, estaremos denominando de “projeto” todas as ações existentes nos municípios, sejam eles programas, projetos ou ações isoladas.

<sup>11</sup>Ver a lista dos programas por município no Anexo 4.

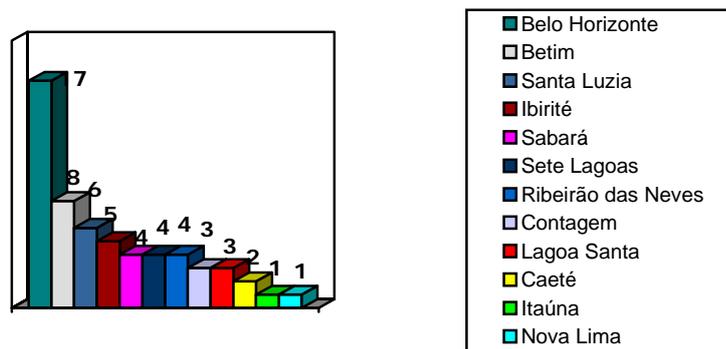


Gráfico 1 – Número de programas existentes nos municípios

É evidente o número reduzido de ações públicas, considerando a população jovem da região e a realidade na qual ela se encontra inserida. Comparando com outras regiões metropolitanas, levando em conta apenas a questão numérica, podemos constatar que a região possui menos programas do que a região de Porto Alegre (125 programas), do ABC (95 programas) ou mesmo de São Paulo (81 programas). Este fato é reforçado quando se verifica o número de jovens atendidos pelos programas. Em 2001, foram atendidos 53.972 jovens, em 2002 houve um pequeno aumento para 59.389 e em 2003 o número baixou para 56.493. É um número relativamente pequeno se considerarmos a existência de 829.047 jovens na região. Mesmo assim, é necessário considerar que estão incluídos nesse contingente os jovens atendidos por projetos ligados à saúde ou aos esportes, que desenvolvem quase sempre ações pontuais, como campanhas de prevenção à Aids ou campeonatos de esportes.

Dos projetos existentes, 81% estavam na fase de implementação e 10,3% em processo de avaliação, o que não quer dizer que tinham sido encerrados. Além desses, havia um (1,7%) que estava ainda na fase da concepção e outro (1,7%) que havia encerrado suas atividades no ano da pesquisa. (Gráfico 2)

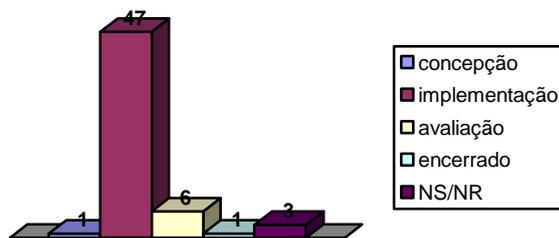


Gráfico 2 – Fase atual dos projetos

Chama a atenção o ano de início dos projetos:

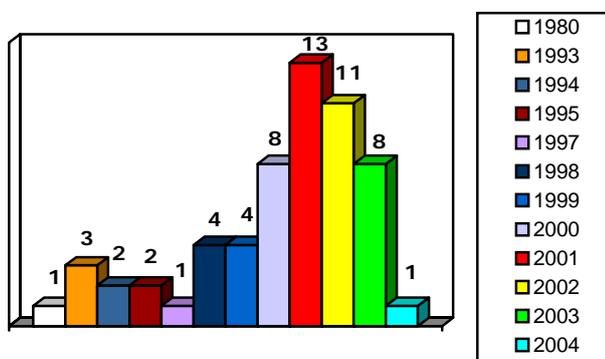


Gráfico 3 – Ano de início dos projetos

Os projetos voltados para a juventude na Região Metropolitana de Belo Horizonte são muito recentes: 70,7% foram implementados a partir de 2000, com uma incidência maior em 2001 e 2002, exatamente o período inicial dos mandatos dos prefeitos, numa tendência comum a todos os municípios.<sup>12</sup> (Gráfico 3)

A primeira constatação é o pouco impacto gerado pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, ocorrida em 1990. Parece que a sua existência não implicou a implementação imediata de ações públicas voltadas para os adolescentes, pois apenas 15,4% dos projetos iniciaram-se no período de 1990 a 1997. É interessante observar também que a maioria dos projetos foi implementada a partir de 1998 (84,6%), demonstrando que a questão da

juventude está entrando na pauta política muito recentemente e reflete uma conjuntura nacional. Grande parte dos programas federais voltados para a juventude também começou a ser implantada a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (SPOSITO; CARRANO 2003). Somente em meados de 2003 o Congresso Nacional mobilizou-se em torno da questão da juventude: criou o Grupo Especial de Políticas Públicas da Juventude, induziu a realização de conferências estaduais e promoveu uma *Conferência Nacional*, realizada em setembro de 2004. Da mesma forma, em fevereiro de 2005 foi criada a Secretaria Nacional da Juventude, ligada à Secretaria Geral da Presidência, com a perspectiva de articular e implementar as políticas para a juventude no País.

Diferente de outros países latino-americanos que passaram a implementar políticas para a juventude desde o final da década de 1980 (BANGO, 2003), no Brasil ocorre tardiamente. Mesmo assim, tais ações ainda não estão pautadas como um problema político, condição para que ocupe a agenda governamental. Segundo Rua (1998), as políticas públicas destinam-se a solucionar problemas políticos que são as demandas que lograram ser incluídas na agenda governamental. Enquanto essa inclusão não ocorre, “o que se tem são “estados de coisas”, ou seja, situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça ou perigo que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental” (RUA, 1998, p. 732). Assim pode-se dizer que na Região Metropolitana de Belo Horizonte a questão da juventude ainda não está pautada na agenda política, sendo tratada mais na ótica do “problema” (violência, drogas, desemprego, etc.) do que na perspectiva dos direitos, característica que será analisada posteriormente.

Outra evidência é a vinculação institucional dos projetos, fragmentados entre os diversos órgãos do Executivo municipal. Na sua maioria, encontram-se ligados à educação, à assistência social, à cultura e ao esporte, dentre outros, muitas vezes havendo superposição de ações. Constata-se também a inexistência de uma intersectorialidade nas ações públicas. Não parece haver um desenho

---

<sup>12</sup> A relação do ano de início dos projetos nos 12 municípios se encontra anexa.

institucional que aponte uma coordenação de esforços no Poder Público municipal, observando-se muitas vezes a existência de uma competição entre as diferentes secretarias. Pode-se dizer que as ações públicas desenvolvidas nos municípios da região padecem das mesmas características recorrentes da cultura política brasileira, referidas por Rua (1998), ao analisar as políticas públicas para a juventude no Brasil na década de 1990. Segundo a autora, existem cinco regularidades no modo de execução dessas políticas: fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, ações a partir da oferta, e não da demanda, e, finalmente a existência de uma clara clivagem entre a formulação/decisão e a implantação.

Outra constatação é a existência de um órgão gestor das políticas de juventude. Apenas duas prefeituras – Santa Luzia e Contagem – possuíam em 2004 um órgão gestor da juventude, ambos subordinados diretamente ao gabinete do prefeito, sem dotação orçamentária própria e com uma equipe técnica reduzida. Esses gestores apresentavam um perfil variado (a idade, por exemplo, 52 e 32 anos, respectivamente) e não possuíam experiência anterior na gestão de políticas públicas e no trabalho com o segmento jovem. Em Belo Horizonte, existia o Conselho Municipal da Juventude, de caráter consultivo, ligado à Secretaria de Governo. Mas também esse não tinha dotação orçamentária própria e não cumpria nenhum papel de fomentador ou articulador de políticas. Como vimos anteriormente, há sinais de mudança em 2005, com a criação da Coordenação da Juventude em Belo Horizonte e sua revitalização em Contagem.

Outra novidade foi a criação da Secretaria Nacional da Juventude, que talvez possa impactar as gestões municipais, estimulando a criação de órgãos gestores e induzindo a ampliação das ações desenvolvidas para esse setor da população.

Mesmo assim é necessário relativizar a força indutora do governo federal, pelo menos até agora. Ao contrário do que se poderia esperar, grande parte dos projetos (39,7%) foi concebida no próprio município, como se pode ver no gráfico 4:

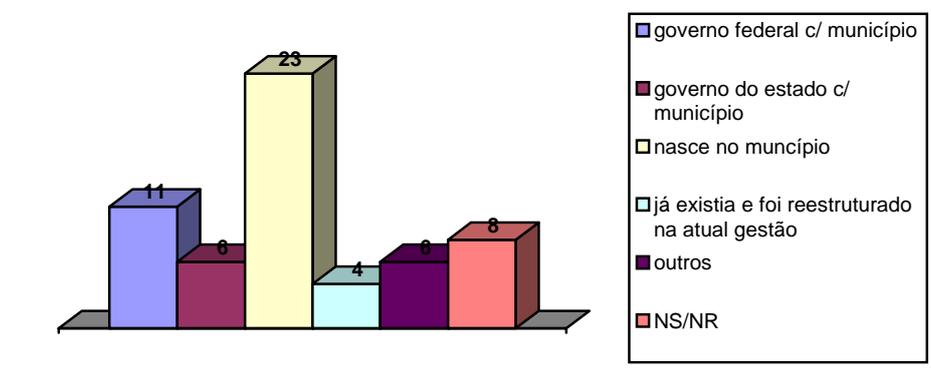


Gráfico 4 -- Concepção dos projetos

Os dados demonstram que o poder local tem tido a iniciativa de propor ações voltadas para a juventude, o que pode significar uma possível ação inovadora por parte dos municípios, em parte, dada a proximidade do poder municipal com os grupos organizados e suas demandas. Ao mesmo tempo, o governo federal aparece como parceiro em 19% dos projetos, mas a presença do governo estadual é menos significativa, sendo parceiro em apenas 10,3% dos projetos. Essas evidências são reiteradas quando se observa que 45,8% dos programas contam com recursos apenas dos municípios, seguidos de 16,9% deles que contam com a parceria com o governo federal. A partir daí percebe-se uma pulverização de parcerias entre as instâncias federal, estaduais e municipais, e também da sociedade civil.

A estruturação dos projetos é mínima, uma vez que se pode constatar que 87,9% possuem equipe técnica, segundo os gestores entrevistados, e apenas 12,1% não a possuem. Avançando nesta temática, buscou-se conhecer mais os coordenadores dos projetos e constatou-se que apenas 41,4% estão no cargo entre 2 e 3 anos, 31% entre 1 e 2 anos, e 24,1% pouco menos de 1 ano. Isso mostra uma rotatividade considerável na coordenação dos programas, o que deve interferir na orientação cotidiana dos mesmos. Ao mesmo tempo, observa-se que existe certo acúmulo de experiências dos mesmos, uma vez que 75,9% declararam já atuar na área da juventude há mais de três anos..

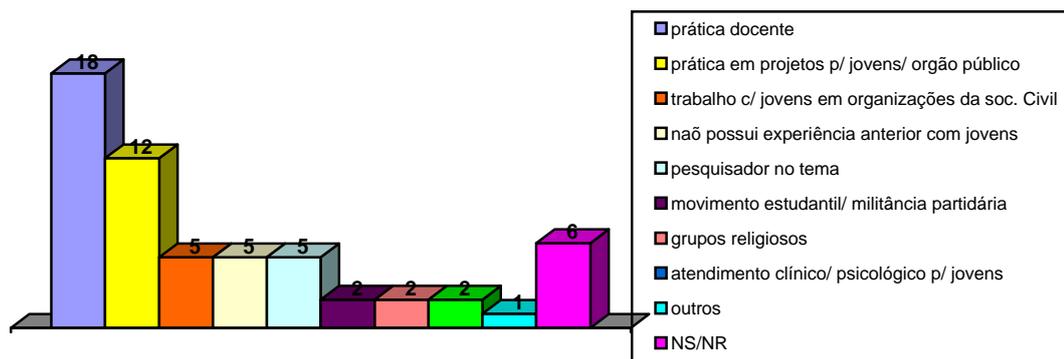


Gráfico 5 – Experiência do coordenador com jovens

Quanto ao tipo de experiência que possuem na área, 31% eram professores e 29,3% possuíam práticas anteriores em projetos para jovens, seja em ONGs, seja em órgãos públicos. Encontramos também 6,5% militantes do movimento estudantil ou de grupos religiosos juvenis e o percentual do restante não é muito significativo.

Mas durante a aplicação dos questionários, percebeu-se que grande parte dos coordenadores e educadores dos projetos não possuía as informações básicas sobre eles ou, mesmo, expressaram surpresa quando questionados sobre a concepção de juventude. Responderam quase sempre de forma genérica, demonstrando falta de reflexão sobre os jovens com os quais atuavam. Apesar de afirmarem possuir experiência na área, depreende-se que boa parte dos educadores possui pouca preparação para desempenhar suas funções. Quanto à existência de algum programa de capacitação específico para a equipe dos projetos, 56,9% afirmaram não possuir capacitação para sua equipe técnica, e apenas 42,4% afirmaram desenvolver alguma ação de formação. Com relação ao tipo de capacitação desenvolvida no projeto, 55,2% não souberam responder, o que leva a questionar se essa capacitação existiu de fato. Esses dados reforçam a idéia de que a equipe para o desenvolvimento das ações com os jovens não está bem preparada, o que pode comprometer a eficácia dos projetos. Como diz Leon (2003, p. 90), “urge, da parte do Estado e de outros organismos, dar sinais claros e precisos que possam incentivar e

orientar as pessoas que trabalham nessas matérias. A profissionalização do tema e das pessoas que trabalham com a juventude, na qualidade técnica e/ou profissional precisa ser incentivada”.

Em Belo Horizonte, a situação é um pouco diferente, pois dos 17 programas há coordenadores com experiência na área juvenil em 10 deles, sendo 5 localizados na Secretaria de Assistência Social. Talvez isso se deva ao fato de o corpo técnico dessa secretaria já ter, desde o ECA, em 1990, experiência em lidar com crianças e adolescentes, fazendo com que essa secretaria, em especial, se destaque no que se refere a esse tipo de experiência. Na Secretaria de Cultura e na Secretaria de Saúde, por exemplo, não há coordenadores com experiência específica com jovens, (ARAÚJO, 2004).

### 3.1 A natureza dos projetos

Outra linha de análise é focar na natureza dos projetos desenvolvidos. O primeiro aspecto a ser analisado é a faixa etária do público atendido (Gráfico 5).

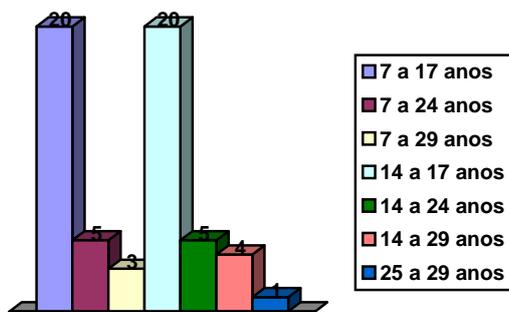


Gráfico 5 – Faixa etária do público atendido

Observa-se que 34,5% dos projetos se dirigem a adolescentes na faixa etária entre 14 e 17 anos. Somando-se os programas que atendem apenas os menores de 18 anos, há 69% das ações. Já os projetos voltados especificamente para a faixa da juventude<sup>13</sup> correspondem apenas a 15,5% do total. Mais uma vez pode-se inferir que o ECA influenciou as políticas públicas a partir de sua concepção, mas ao mesmo tempo reduziu a noção de juventude, deixando os jovens maiores de 18 anos com pouquíssima assistência do Poder Público. Se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e pelos limites da maioridade legal, parte das políticas acaba por excluir amplo contingente de indivíduos que atingem a maioridade, mas permanecem no campo de ações, pois ainda vivem efetivamente as condições juvenis.

É verdade, como aponta Freitas (2003, p. 7), que está crescendo o reconhecimento de que a juventude vai além da adolescência, tanto do ponto de vista etário quanto das questões que vão caracterizar essa faixa etária, o que exige novas ações e projetos, além da já conhecida proteção garantida pelo ECA. Embora haja o reconhecimento dessa necessidade de ampliar as políticas públicas para além da adolescência, pelo que se constata nos dados da RMBH, muito pouco foi feito nesse sentido.

Outro aspecto é a existência de programas voltados para uma faixa etária ampla, entre 7 e 29 anos, que significa 15,5% do total, quase sempre ações na área do esporte ou da saúde. O problema dessas ações é a falta de foco, pois não desenvolve propostas que atendam às demandas específicas dessa fase da vida.

Outro dado revelador refere-se ao perfil de jovem privilegiado pelos projetos. (Gráfico 6)

---

<sup>13</sup> Lembrando que estamos considerando como jovens indivíduos na faixa etária entre 15 e 24 anos.

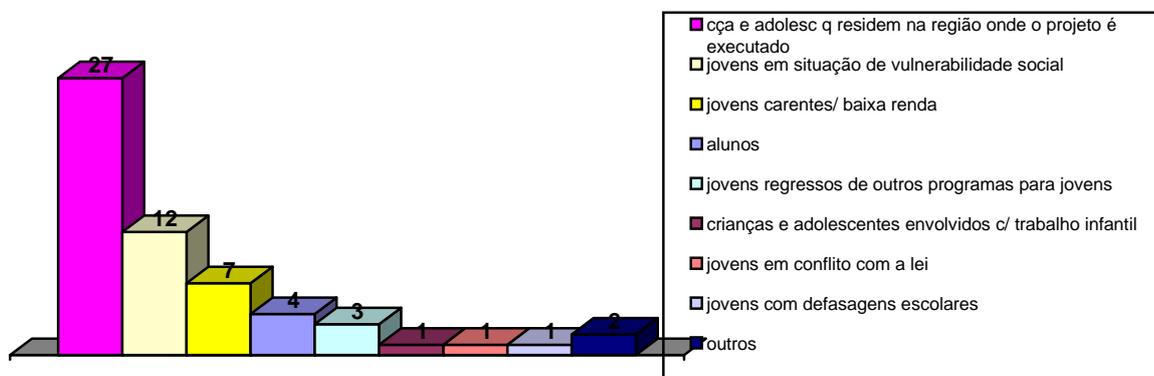


Gráfico 6 – O jovem atendido nos projetos

Constatar que 46,6% dos projetos atendem jovens que residem na própria região onde eles são executados, quase sempre as periferias das cidades da região. Já 36,2% dos projetos pesquisados atendem um público bem focado que pode ser sintetizado na caracterização de jovens em situação de risco social, ou seja, boa parte das ações municipais é focalizada em jovens em situação de exclusão nas suas diversas manifestações (adolescentes de rua, jovens em vulnerabilidade social, jovens de baixa renda, jovens em conflito com a lei, etc.)

Segundo Cunha (2002), os programas focalizados deveriam ser implementados como complementares aos programas universais, pois disso depende sua eficácia e efetividade. A predominância de projetos desse cunho pode, segundo a autora, gerar efeitos políticos indesejáveis, como a polarização da sociedade entre pobres, atendidos pelo setor público, e ricos, atendidos pelo setor privado. Da mesma forma Rua (1998, p.743) adverte que “a focalização e seletividade das políticas sociais ameaça a idéia da universalização [...] restringindo-as progressivamente aos estratos sociais mais excluídos, cabendo aos demais recorrer à oferta de serviços pelo mercado”.

Parece que o desafio é como direcionar recursos tão escassos para atender a contingentes tão numerosos. Nesse sentido, a focalização passa a ser entendida

como uma estratégia para a redistribuição de recursos de acordo com as necessidades setoriais, locais e regionais, embora em nossa sociedade os direitos sejam universais. A focalização pode ser entendida como uma escolha, de certa forma, da clientela que está sendo priorizada pelo Poder Público (ARAÚJO, 2004). Na Rede Metropolitana de Belo Horizonte, parece não existir projetos que respondam à diversidade existente entre a juventude, seja ela física (os portadores de necessidades especiais, por exemplo) ou cultural (raça, gênero, etc.)

Essa constatação é reforçada quando se analisam os objetivos explícitos dos programas. Na sua maioria, eles aparecem formulados utilizando o prefixo *RE*: reinserção, reintegração social, resgate social ou da cidadania, ressocialização, etc. Tais objetivos apontam para ações de caráter compensatório ou corretivo. A ênfase é dada na solução de problemas, e não em potencializar o que os jovens podem trazer de possíveis soluções para a sociedade. O jovem não é visto como recurso. Nesse sentido, continuam atuais as análises de Abramo (1997, p. 28), quando afirma:

[...] parece estar presente, na maior parte da abordagem relativa aos jovens, tanto no plano da sua tematização como das ações a eles dirigidas, uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção, salvo raras exceções; uma dificuldade de ir além da sua consideração como problema social e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrer-los ou ignorá-los [...].

Isso significa que há uma tendência, ainda muito presente na sociedade brasileira, de que a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como problema: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social ou mesmo como tema de risco para a própria continuidade social. Para a autora, essa tendência está ligada a fatores específicos relativos à formulação de direitos sociais na sociedade brasileira e ao modo como as diferenças sociais, sejam étnicas, culturais, de gênero ou geracionais, têm

conseguido se transformar em alteridades políticas, assim como ao modo como se processam a constituição de espaços de conflito e negociação política na sociedade brasileira.<sup>14</sup>

Nos objetivos dos projetos, a questão do estímulo à participação ou o fortalecimento da organização juvenil é pouco presente. Um dos poucos casos é o *Projeto Agente Jovem*, no qual é explicitada a preocupação com a participação dos jovens, o que permitiu selecionar tal programa para a etapa qualitativa desta pesquisa.

Tais constatações são reforçadas quando se busca apreender a participação dos jovens na elaboração dos projetos que lhes dizem respeito. Apenas 32,8% dos projetos afirmam ter contado com a participação dos jovens na elaboração deles, enquanto 67,2% não o fizeram. Significa dizer que o jovem não é considerado um interlocutor válido na definição de ações que lhe dizem respeito, reforçando a existência de uma visão negativa ou infantilizada da juventude por parte do Poder Público. Não é de estranhar, assim, os baixos índices de participação dos jovens comentados na primeira parte deste trabalho, fenômeno que pode ser explicado, em parte, pela falta de mecanismos e espaços públicos de estímulo e reforço da participação juvenil.

Em relação à área de atividades dos projetos, elas se mostram coerentes com os objetivos analisados anteriormente. A maioria dos projetos atua no acompanhamento e na reinserção social dos jovens (31%). Em segundo lugar aparecem os projetos na área de esportes (20,7%) e, em seguida, aqueles que atuam na área da profissionalização (15,5%) na perspectiva da formação para o mundo do trabalho, o que retoma a questão da reinserção social. É relativamente alto o índice de projetos na área da escolarização (10,3%), indicando uma tendência dos projetos em reproduzir a forma escolar. Por outro lado, a presença de projetos na área cultural é muito reduzida (5,1%), indo na contramão de um

---

<sup>14</sup> Esta análise é reforçada pela constatação de que também a sociedade civil é pouco ouvida na elaboração dos projetos. Em 81% dos casos, os projetos foram elaborados sem nenhuma consulta aos atores e instituições da sociedade. Apenas 17,1% contaram com a participação em algum nível de associações de moradores, associações empresariais ou igrejas.

envolvimento cada vez maior dos jovens com a área cultural, constatado em inúmeras pesquisas nacionais.<sup>15</sup> O estímulo à participação juvenil só aparece em 5,2% dos projetos, corroborando a análise realizada anteriormente.

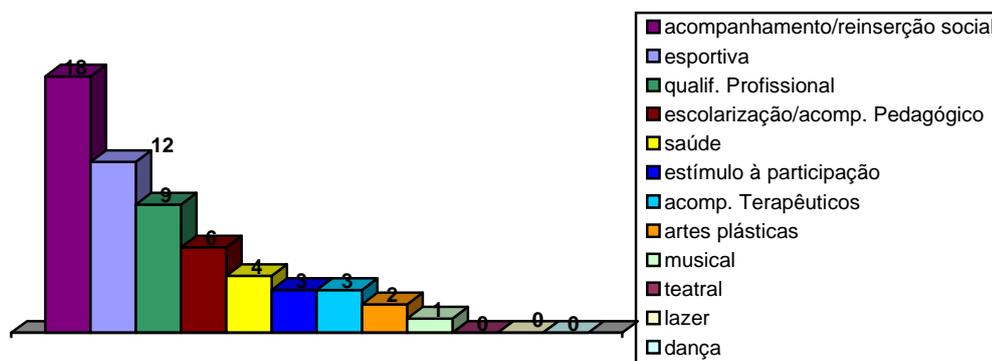


Gráfico 6 – Área de atividade dos projetos<sup>16</sup>

Tabela 7

Área de atividades dos projetos

Área de atividade	Frequência	Porcentagem (%)
Esportiva	12	20,7
Musical	1	1,7
Artes plásticas	2	3,4
Saúde	4	6,8
Qualificação profissional	9	15,5
Acompanhamento/reinserção social	18	31,0
Estímulo à participação	3	5,2
Acompanhamento terapêutico	3	5,2
Escolarização/ acompanhamento pedagógico	6	10,3

<sup>15</sup> Ver por exemplo, CARRANO, 2002; DAYRELL, 2002, 2003; HERSCHAMANN, 1997, 2000; dentre outros.

<sup>16</sup> Os gráficos apresentam apenas as frequências das atividades que foram classificadas como primeira prioridade, pelos entrevistados, ou seja, com o maior grau de importância nos projetos.

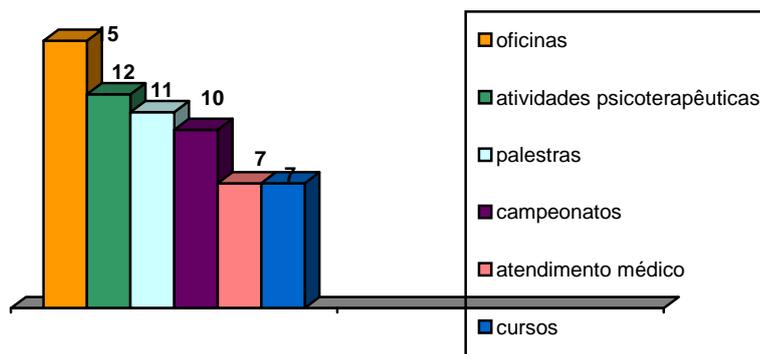


Gráfico 7 – Tipo de atividade desenvolvido nos programas

Tabela 8  
Tipos de atividades

Tipo de atividade	Frequência	Porcentagem (%)
Cursos	7	12,1
Oficinas	15	25,9
Atividades psicoterapêuticas	12	20,7
Palestras	11	19,0
Campeonatos	10	17,2
Atendimento médico	7	12,1

Os projetos, na sua maioria, desenvolvem ações como oficinas e palestras (44,9%), o que indica o caráter pontual ou mesmo passageiro da maioria das ações desenvolvidas com os jovens, colocando em questão a qualidade do processo formativo implementado, um aspecto importante a ser analisado na pesquisa qualitativa. Os cursos significam 12,1% das atividades, que, somadas, perfazem 57% de atividades quase sempre moldadas numa forma escolar. As observações realizadas até então em alguns desses projetos permitem sugerir a predominância de atividades nas quais há a presença de um adulto que se coloca como educador que transmite conhecimentos, em um ambiente fechado, sem a participação maior dos jovens. Parece dominar uma visão na qual as atividades voltadas para os jovens têm de ter necessariamente caráter “educativo”. Outra área de atuação são as atividades psicoterapêuticas, presentes em 20,7% dos projetos, além dos campeonatos esportivos, presentes em 17,2% deles.

Em relação à regularidade dos projetos, as atividades apresentam a seguinte realidade:

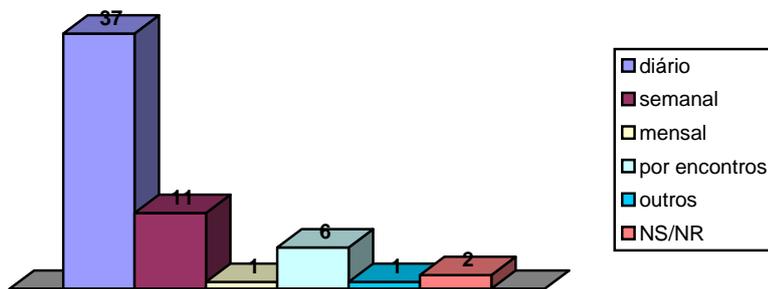


Gráfico 8 – como o programa funciona – Regularidade

A maioria dos projetos (63,8%) tem funcionamento diário, o que não significa necessariamente acontecer todos dos dias da semana. O Agente Jovem, por exemplo, funciona durante três dias em alguns municípios e, em outros, quatro dias. Já 20,3% deles funcionam com encontros semanais, diminuindo o contato com os jovens. Um número significativo funciona por encontros (10,3%), sem periodicidade fixa, como é o caso de muitos programas ligados à saúde e à sexualidade.

Finalmente, o último aspecto diz respeito à avaliação. Dos projetos, 70,7% afirmam avaliar os jovens participantes dos projetos, enquanto 29,3% não o fazem.

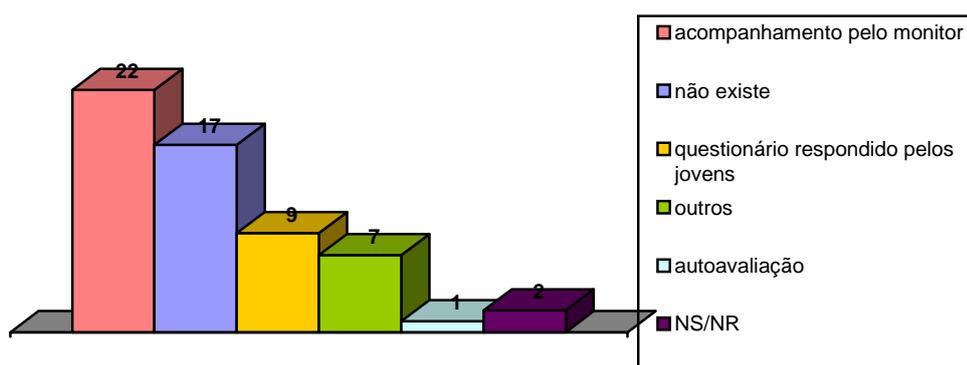


Gráfico 9 – Mecanismos de avaliação

Quanto à forma de avaliação, 37,9% afirmam que é mediante acompanhamento realizado pelo educador e 15,3% utilizam questionários e

um número significativo (29,3%) não soube dizer a respeito dos mecanismos de avaliação utilizados. A maioria dos projetos não apresenta indicadores ou metas claras que possam se atingidas por meio das ações desenvolvidas, o que torna difícil uma avaliação substantiva do impacto que isso gera nos jovens. Ao mesmo tempo, as avaliações tendem a enfatizar questões mais quantitativas, como o número de jovens atingidos ou mesmo a frequência, e não prioriza a dimensão do processo formativo em curso. Além disso, não se obteve registros da participação dos jovens envolvidos nessas avaliações. Isso leva a questionar sobre a qualidade das avaliações realizadas, questão a ser aprofundada na pesquisa qualitativa.

#### **4 Tecendo idéias**

Os dados demonstram que a maioria da população jovem da Região Metropolitana de Belo Horizonte – seus setores empobrecidos – vivencia uma “inclusão subalterna” (MARTINS, 1997): apresentam níveis de escolaridade muito baixos, o trabalho precário ou o desemprego são realidades cotidianas, observando-se poucas perspectivas de vida diante do incremento da violência nas áreas urbanas metropolitanas, sobretudo os homicídios. Mas essa realidade é o lado extremo de um leque de possibilidades que contempla também parcelas de jovens a quem o acesso aos bens materiais e simbólicos possibilita a vivência plena da condição juvenil. Essa constatação, corroborada pelos indicadores sociais, constitui forte evidência para a confirmação da noção de que as juventudes não são apenas muitas, mas são, fundamentalmente, constituídas por múltiplas dimensões existenciais que condicionam a gama de oportunidades da vivência da condição juvenil. Diante desse contexto, é necessário colocar em questão as respostas que o Poder Público municipal vem dando às demandas e às necessidades dos jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nesse sentido, os dados da pesquisa apontam algumas evidências que merecem breve reflexão.

A primeira evidência é o caráter incipiente das políticas públicas de juventude na região, o que pode ser constatado pelo baixo número de ações existentes, pelo seu raio limitado de ação e também pela fragilidade institucional da maioria delas. Tal realidade pode ser explicada, em parte, pelo curto tempo de implantação da maioria das ações públicas, que, como vimos, deu-se, na sua maioria, a partir de 2000. Pode ser explicado também pela persistência de entraves institucionais que fazem parte da cultura política brasileira, analisados anteriormente, como a fragmentação das ações, a descontinuidade administrativa ou a clivagem entre a formulação/decisão e a implantação. Pode-se dizer que há um encolhimento do Estado na esfera pública, que não oferece, de fato, soluções por meio de políticas que contemplem a juventude, numa tendência a gerar privatização e despolitização das condições de vida. Por essas e outras razões, podemos afirmar que a juventude ainda não é encarada pelo Poder Público da região como um problema político, que demanda decisões e ações integradas tendo como eixo a questão dos direitos próprios da juventude.

Essa evidência é reforçada quando se constata que o jovem com faixa etária acima dos 18 anos ainda é muito pouco contemplado pelas ações públicas, bem como aqueles que não se enquadram na caracterização de “jovens em situação de risco social”, alvo de grande parte das ações. Significa dizer que amplas parcelas da juventude não têm acesso a políticas públicas de qualquer natureza, e mesmo aqueles que o são têm acesso a um leque limitado de ações, baseado quase sempre na noção de “reinserção social” cujo mote é o trabalho. Como lembra Cohn (2004), grande parte das ações voltadas para os jovens busca prover-lhes, de alguma forma, o acesso a uma rede de serviços e a bens de consumo coletivo que melhor os “prepare para a corrida”, que significa a inserção no mundo do trabalho formal. A maioria dessas ações, moldadas em uma formatação escolarizada, parte da noção de que o jovem necessita ser “educado”.. A autora afirma, porém, que hoje as formas de inserção social são múltiplas e diversificadas, como diversas são as juventudes presentes em nossa realidade. O desafio posto para o Poder Público é a formulação de políticas de juventude universais e focalizadas de forma articulada entre si, pautadas pelos princípios da

universalidade dos direitos sociais, com o objetivo de construir um sistema de proteção social que leve em conta a identidade dos diferentes sujeitos sociais jovens presentes na nossa sociedade.

Esse desafio é ainda maior quando se constata a visão dominante a respeito da juventude, explicitada nas entrevistas com os gestores e técnicos que implementam as ações com os jovens. Podemos agrupá-las em pelo menos três posições distintas e antagônicas. O primeiro tipo de formulação constrói uma visão idílica da juventude como uma fase “linda”, na qual se tem liberdade para as transgressões e, ao mesmo tempo, a considera a fase de preparação para a vida adulta, enfatizando o caráter de transição: “o jovem é o futuro do Brasil”. É importante pontuar que essa imagem não correspondia ao jovem real atendido pelos projetos, descritos anteriormente na entrevista, resultando numa “esquizofrenia”, fruto talvez da falta de reflexão dos técnicos sobre os jovens com os quais trabalhavam, reproduzindo, assim, o discurso do senso comum.

A segunda posição, majoritária entre os técnicos, constrói a imagem do jovem como problema diante do qual é preciso soluções que o “reintegrem” ou deixem de significar um risco para a sociedade. Como analisamos anteriormente, o jovem não é visto como recurso, gerando uma postura e ações marcadas pelo caráter compensatório ou corretivo. É interessante observar que esse discurso está muito presente entre aqueles que coordenam projetos voltados para a profissionalização, baseado na noção do trabalho formal como o mecanismo central de disciplinamento e de inserção social, não levando em conta as transformações sociais da sociedade contemporânea.

Finalmente, uma terceira posição constrói a imagem do jovem como sujeito de direitos, no presente, enfatizando a diversidade existente de modos de ser jovem. Essa posição ainda é minoritária e se encontra presente, quase sempre, entre os técnicos que passaram ou passam por um processo de formação específica, como é o caso da Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte. Ela pode ser encontrada também entre os técnicos que possuem experiência de alguma forma ligada ao ECA, o que pode nos dizer de uma sensibilidade criada por este arcabouço legal.

Mas essas diferentes posições não são privilégio de um ou de outro município; muitas vezes elas estão presentes em um mesmo órgão municipal, o que demonstra que não há hegemonia absoluta de alguma delas. O caráter salutar dessa realidade é a existência de um conflito de concepções, o que pode resultar em um dinamismo que tende a favorecer as posições mais progressistas.

Tais concepções parecem interferir diretamente na postura dos técnicos em relação à participação juvenil. A maioria das ações não contou nem conta com os jovens para a sua elaboração, muito menos para a sua implementação: o jovem é reduzido a um usuário, a um consumidor de serviços, e não um sujeito que pode e deve opinar naquilo que lhe diz respeito. Poucos projetos deixam explícita a questão da participação juvenil como um dos seus objetivos. Ao mesmo tempo, não se encontram, nos diferentes municípios pesquisados, instâncias, espaços ou iniciativas que estimulem a participação juvenil na arena pública.

Essa realidade pode explicar, em parte, os baixos índices de participação juvenil constatados na pesquisa do IBASE. A formação dos jovens como sujeitos autônomos demanda espaços e situações nos quais eles possam exercitar tal autonomia. O Poder Público é uma das instâncias privilegiadas para que eles possam explicitar suas demandas e interesses, bem como contribuir na concepção de ações que lhes dizem respeito. Na perspectiva do jovem como sujeito de direitos, as políticas de juventude devem gerar as condições para que eles possam exercer plenamente sua condição de cidadãos. Como nos lembra Bango (2003, p. 50), “as políticas sociais não podem limitar-se exclusivamente a uma dimensão de prestação de serviços. Devem incluir, ainda, a promoção da participação dos atores sociais, sua definição, de modo que estas últimas se mobilizem e se adaptem não somente às necessidades, mas também aos projetos vitais”.

Finalmente, é importante frisar que nas visitas e entrevistas realizadas, observou-se que, de maneira geral, as equipes gestoras dos projetos de juventude se mostram bem intencionadas, mas possuem uma formação específica muito precária, o que reforça as distorções existentes. Ao mesmo tempo sempre havia pelo menos um técnico que se mostrava mais aberto a questionamentos em

relação à compreensão do jovem com o qual trabalhava, aos limites das ações desenvolvidas, bem como à falta de formação da equipe. Essa realidade parece mostrar a necessidade de uma ação mais centralizada, oriunda, talvez, da Secretaria Nacional de Juventude, de orientação para os municípios e de formação dos seus técnicos, de tal forma a garantir a construção paulatina de uma política nacional de juventude que garanta, porém, a autonomia e a diversidade entre as diferentes realidades.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.5/6, 1997.

ARAÚJO, Carla. Caracterização das políticas públicas de juventude no município de Belo Horizonte.

BANGO, J. Crítica política das políticas de juventude. *In*: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). *Políticas públicas: a juventude em pauta*. São Paulo: Cortez/ Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert, 2003.

BAJOIT, G.; FRANSSEN, A. O trabalho, busca de sentido. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, 1997.

CARRANO, Paulo César. *Os jovens e a cidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CARROCHANO, M.C. Jovens olhares sobre o trabalho. Um estudo dos jovens operários e operárias de São Bernardo do Campo. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo 2002.

COHN, Amélia. O modelo de proteção social no Brasil: qual espaço para a juventude? *In*: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

CUNHA, E. Políticas públicas sociais. *In*: \_\_\_\_\_. *Políticas públicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n. 1, p. 117-137, jan/jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Escola e culturas juvenis. *In*: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). *Políticas públicas: a juventude em pauta*. São Paulo: Cortez/ Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert, 2003.

\_\_\_\_\_. *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*: relatório preliminar da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Rio de Janeiro, IBASE, 2005. Mimeo.

HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Abalando os anos 90: funk e hip hop, globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LEON, Oscar Dávila. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. *In: FREITAS, Maria Virginia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). Políticas públicas: a juventude em pauta*. São Paulo: Cortez/ Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

POCHMANN, Marcio. *A inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. *In: CNPD. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998, 2 v.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. *In: LEON, Oscar Dávila (Ed.). Políticas públicas de juventud em América Latina: políticas nacionales*. Santiago, CIDPA, 2003.

\_\_\_\_\_. *Juventude, escolarização e poder local: primeiro relatório científico*. São Paulo: Fapesp. 2004. Mimeo.

# **ANEXOS**

## **ANEXO 1 – EQUIPE DE PESQUISADORES**

Cláudio Emanuel dos Santos

Cristiane Xavier Caeté

Consuelo Quiroga – Belo Horizonte

Geane Santiago de Paula Amoglia – Betim

Gilvanice Barbosa da Silva Musiol – Caeté

Gláucia Jorge – Sabará

Fábio de Souza Luís – Betim

Heli Sabino – Ribeirão das Neves

Hesley Machado Silva – Itaúna

Juarez Tarcísio Dayrell – Coordenador

Leôncio José Gomes Soares – Coordenador

Magda Carvalho Rodrigues Sant’Ana – Ibité

Maria Amélia Giovanetti – Coordenadora

Maria Carla Ávila de Araújo – Belo Horizonte

Maria Lúcia Silva de Almeida – Contagem

Maria Nadir de Sales do Amaral Militão – Contagem

Michele Trindade Brandão de Oliveira – Nova Lima

Ronaldo Adriano Ribeiro da Silva – Sete Lagoas

Tatiane Alves Costa – Santa Luzia

Vera Lúcia Nogueira – Belo Horizonte

Yara Maria Frizzera Santos – Belo Horizonte

### **BOLSISTAS:**

Anna Beatriz Ferreira Andrade

Fernanda Almeida de Carvalho Bolsista

Juliana Batista dos Reis

## ÍNDICES DE EXCLUSÃO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DA PESQUISA

UF	Município	Ranking dentro do universo dos municípios da pesquisa	Posição no Ranking A partir da melhor situação social	Índice de Pobreza	Índice de Juventude	Índice de Alfabetização	Índice de Escolaridade	Índice de Emprego formal
Minas Gerais	Belo Horizonte	6°	14°	0,764	0,796	0,921	0,813	0,486
	Betim	42°	1332°	0,628	0,610	0,866	0,553	0,241
	Caeté	41°	1264°	0,609	0,730	0,884	0,531	0,102
	Contagem	25°	445°	0,715	0,718	0,908	0,636	0,245
	Ibirité	71°	2592°	0,584	0,588	0,861	0,480	0,064
	Itaúna	24°	406°	0,703	0,755	0,894	0,596	0,216
	Lagoa Santa	29°	603°	0,646	0,693	0,882	0,619	0,161
	Nova Lima	14°	144°	0,706	0,752	0,912	0,655	0,297
	Ribeirão das Neves	64°	2455°	0,599	0,599	0,858	0,478	0,046
	Sabará	45°	1367°	0,618	0,666	0,879	0,549	0,087
	Santa Luzia	56°	1858°	0,608	0,637	0,878	0,536	0,085
Sete Lagoas	28°	594°	0,654	0,700	0,898	0,616	0,190	

Fonte: ATLAS de Exclusão no Brasil. Pochmann, 2003

## ANEXO 3 – TABELAS FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

TABELA 10 - TAXAS DE DESEMPREGO, SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - 1996-2004 (PERCENTAGEM)

ATRIBUTO PESSOAL	PERÍODO									VARIÁÇÕES RELATIVAS (%)	
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004/2003	2004/1996
TOTAL.....	12,7	13,4	15,9	17,9	17,8	18,3	18,1	20,0	19,3	-3,5	52,0
<b>Sexo</b>											
Homens .....	11,5	11,5	13,7	15,9	16,1	16,2	15,7	17,1	16,8	-1,8	46,1
Mulheres .....	14,2	15,8	18,7	20,4	19,9	20,8	20,8	23,3	21,9	-6,0	54,2
<b>Cor</b>											
Negra.....	14,6	15,2	17,8	19,4	19,6	20,3	19,5	21,9	21,2	-3,2	46,2
Não-negra.....	10,8	11,7	13,8	16,3	15,8	15,4	15,6	16,7	16,4	-1,8	51,9
<b>Posição no Domicílio</b>											
Chefe .....	8,8	8,8	8,2	10,1	10,3	10,9	10,1	11,3	10,2	-9,7	50,0
Demais.....	16,5	17,8	20,8	23	22,7	23,1	23,4	25,7	25,0	-2,7	51,5
Cônjuge .....	10,9	12,2	14,9	16,9	16,4	17,2	17,8	20,3	18,8	-7,4	72,5
Filho .....	20,3	21,6	24,9	27,3	26,8	27,0	27,1	29,4	29,1	-1,0	43,3
Outros .....	13,2	14,9	16,9	19	19,7	19,9	20,9	23,4	22,8	-2,6	72,7
<b>Faixa Etária</b>											
De 10 a 14 Anos .....	42	44,6	48,6	48,4	44,1	46,1	51,7	51,9	51,2	-1,3	21,9
De 15 a 17 Anos .....	34	37,1	43,4	44,4	45,8	47,5	51,1	56,9	57,9	3,6	70,3
De 18 a 24 Anos .....	19,2	20,2	23,9	28,3	27,6	28,5	28,3	30,4	30,8	1,3	60,4
De 25 a 39 Anos .....	9,9	10	12,3	14,5	14,4	14,8	14,9	16,4	15,4	-6,1	56,6
De 40 Anos e mais .....	5,7	6,4	7,6	9,2	9,9	10,3	9,8	11,4	10,5	-7,9	84,2

TABELA 19 - RENDIMENTO REAL MÉDIO DOS OCUPADOS, SEGUNDO ATRIBUTOS PESSOAIS  
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - 1996-2004  
(EM REAIS DE NOVEMBRO DE 2004)

ATRIBUTOS PESSOAIS	PERÍODO										VARIACÕES RELATIVAS (%)	
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2004/2003	2004/1996	
TOTAL.....	938	917	883	834	818	820	824	750	742	-1,1	-20,9	
<b>Sexo</b>												
Homens .....	1.124	1.100	1.055	991	972	982	969	905	897	-0,9	-20,2	
Mulheres .....	705	688	668	653	638	634	658	580	578	-0,3	-18,0	
<b>Cor</b>												
Negra.....	689	667	691	702	674	712	702	639	613	-4,1	-11,0	
Não-negra.....	1.172	1.151	1.092	994	977	977	1.041	925	936	1,2	-20,1	
<b>Posição no Domicílio</b>												
Chefe .....	1.298	1.258	1.192	1.125	1.083	1.091	1.084	990	961	-2,9	-26,0	
Demais.....	671	661	649	619	613	608	619	556	567	2,0	-15,5	
Cônjuge .....	833	794	787	746	737	719	735	626	638	1,9	-23,4	
Filho .....	611	597	594	563	554	545	551	510	527	3,3	-13,7	
Outros .....	552	587	527	519	512	536	572	523	499	-4,6	-9,6	
<b>Faixa Etária</b>												
De 10 a 14 Anos .....	134	128	131	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	-	-	
De 15 a 17 Anos .....	238	236	219	221	199	209	200	194	213	9,8	-10,5	
De 18 a 24 Anos .....	489	503	474	444	432	440	432	413	424	2,7	-13,3	
De 25 a 39 Anos .....	1.002	986	942	887	891	848	835	752	746	-0,8	-25,5	
De 40 a 59 Anos .....	1.305	1.240	1.199	1.131	1.056	1.101	1.110	1.001	959	-4,2	-26,5	
De 60 Anos e Mais .....	1.000	1.121	1.080	893	970	972	1.045	804	884	-1,1	-11,6	
<b>Nível de Instrução</b>												
Analfabeto.....	352	346	341	341	315	319	328	297	306	3,0	-13,1	
Ensino Fundamental Incompleto.....	523	525	505	491	470	464	465	425	434	2,1	-17,0	
Ens.Fund.Comp.+Ens. Médio Inc.....	772	749	687	592	608	595	570	512	513	0,2	-33,5	
Ens.Médio Comp.+Ens.Superior Inc.....	1.250	1.184	1.114	985	937	888	859	759	742	-2,2	-40,6	
Superior Completo.....	2.732	2.653	2.678	2.465	2.384	2.444	2.349	2.145	2.016	-6,0	-26,2	

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

Notas: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

Inflator utilizado: IPCA - BH (IPEAD).

Símbol convencional utilizado: - Não se aplica dado numérico.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

## ANEXO 4 – LISTA DOS PROJETOS DE JUVENTUDE POR MUNICÍPIO

### Belo Horizonte:

	Nome
	PROJETO BH CIDADANIA
	PROGRAMA ESPORTE ESPERANÇA
	PROGRAMA MIGUILIM
	PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO
	SERVIÇO DE PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO
	PROGRAMA VIVÊNCIA PROFISSIONAL – PROFISSÃO FUTURO
	PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA
	PROGRAMA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO SÓCIOPROFISSIONAL
	PROGRAMA AGENTE JOVEM
	PROJETO GUERNICA
	GERAÇÃO DE TRABALHO, PROFISSIONALIZAÇÃO E ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E DE LAZER
	NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
	BH DE MÃOS DADAS CONTRA A AIDS
	VÔO PARA A CIDADANIA
	PROJETO ESPORTE CIDADÃO
	CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE (CONTATO)

### Betim:

	Nome
	NÚCLEO DE ATENÇÃO INTEGRAL AO DEPENDENTE QUÍMICO
	PROGRAMA AABB COMUNIDADE
	PROJETO PELORGUINHA
	PROGRAMA AGENTE JOVEM
	PROGRAMA DE BEM COM O TRÂNSITO
	PROGRAMA ESPORTE SOLIDÁRIO
	PROJETO OFICINA ESCOLA
	PROGRAMA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### Caeté:

	Nome
	PROGRAMA AGENTE JOVEM
	PROGRAMA DE INCENTIVO À PRÁTICA ESPORTIVA

### Contagem:

	Nome
	PROGRAMA DE APRENDIZAGEM SOCIAL
	PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA
	PROGRAMA AGENTE JOVEM

**Ibirité:**

	Nome
	PROGRAMA AGENTE JOVEM
	PROJETO BOM DE ESCOLA, BOM DE BOLA
	PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
	PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL
	PROMAM – SISTEMA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO

**Itaúna:**

	Nome
	PROGRAMA AGENTE JOVEM

**Lagoa Santa:**

	Nome
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE ATLETA DE RENDIMENTO
	ESPORTE SOLIDÁRIO
	ASSOCIAÇÃO DOS CADETES MIRINS DE LAGOA SANTA

**Nova Lima:**

	Nome
	CARA NOVA – CENTRO DE ATENDIMENTO E REFERÊNCIA DO ADOLESCENTE

**Ribeirão das Neves:**

	Nome
	CASA DE CULTURA
	PROGRAMA AGENTE JOVEM
	COMPETÊNCIAS BÁSICAS PARA O TRABALHO
	PROJETO SEGUNDO TEMPO

**Sabará:**

	Nome
	CECON – CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR
	ESPORTE SOLIDÁRIO
	PRD-PREVENÇÃO DE DROGAS
	PROGRAMA AGENTE JOVEM

**Santa Luzia:**

	Nome
	COPA AMETUR DE MOTOBIKE
	PROGRAMA AGENTE JOVEM
	PROGRAMA DE IMUNIZAÇÃO
	PROGRAMA DE PREVENÇÃO à DST/AIDS E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

	ATLETA DE AMANHÃ
	CARTEIRAS "JOVEM AMIGO DA PREFEITURA"

**Sete Lagoas:**

	<b>Nome</b>
	NÚCLEO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL À CRIANÇA E O ADOLESCENTE
	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO AABB COMUNIDADE
	ESPORTE SOLIDÁRIO/NÚCLEO CRIANÇA FUTURO
	CRAMAM – CENTRO REGIONAL DE ARTESANATO MARIA DOS ANJOS MACEDOS